

SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DO

EXERCÍCIO DE 2025

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO

(em milhares de reais)

A T I V O

		<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
CIRCULANTE		260.729	353.502
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 5.1)	79.758	151.524
Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados	(Notas 4 e 5.2)	142.599	143.612
Contas a receber	(Nota 6)	18.847	13.554
Contas a receber gerenciadas	(Nota 4)	714	1.803
Outros créditos	(Nota 7)	17.229	40.470
Despesas do exercício seguinte		1.582	2.539
NÃO CIRCULANTE		662.501	557.932
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		66.706	68.095
Depósitos judiciais		3.808	4.689
Contas a receber	(Nota 6)	61.129	60.498
Outros créditos	(Nota 7)	998	2.908
Outros créditos gerenciados	(Nota 8)	771	-
INVESTIMENTOS	(Nota 9)	35	58
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	(Notas 3.6 e 10)	490.975	398.021
IMOBILIZADO	(Notas 3.8 e 11)	70.818	54.222
INTANGÍVEL	(Notas 3.9 e 12)	33.967	37.536
TOTAL DO ATIVO		<u><u>923.230</u></u>	<u><u>911.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO

(em milhares de reais)

P A S S I V O

		<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
CIRCULANTE		226.773	230.823
Fornecedores		21.702	20.954
Obrigações trabalhistas	(Nota 13)	22.541	17.033
Arrendamentos		2.201	6.456
Outras exigibilidades	(Nota 14)	3.718	6.341
Exigibilidades gerenciadas	(Nota 15)	143.313	145.415
Férias e encargos sociais		33.298	34.624
NÃO CIRCULANTE		560.927	510.714
Créditos de acionistas	(Nota 18)	10.815	10.358
Provisão para passivos contingentes	(Nota 16)	487.886	447.330
Indenizações judiciais	(Nota 17)	20.770	20.028
Contribuição social diferida	(Nota 3.7)	40.074	31.708
Arrendamentos		611	1.290
Exigibilidades gerenciadas	(Nota 15)	771	-
TOTAL DO PASSIVO		<u>787.700</u>	<u>741.537</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	(Nota 19)	1.399.373	1.399.373
Capital social autorizado		1.966.770	1.966.770
Capital a subscrever		(567.397)	(567.397)
Reserva de capital		2.714	2.714
Ajustes de avaliação patrimonial		405.188	320.599
Reserva de reavaliação -Terrenos		49.572	49.572
Prejuízos acumulados		(1.721.317)	(1.602.361)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>135.530</u>	<u>169.897</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>923.230</u></u>	<u><u>911.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(em milhares de reais)

		<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Receita operacional líquida	(Nota 20)	324.163	313.124
Custo dos serviços prestados :			
com pessoal		(328.866)	(279.804)
com materiais		(2.392)	(2.609)
com utilidades e serviços		(20.223)	(17.673)
com manutenção e reparos		(2.149)	(3.307)
gerais e administrativos		(1.646)	(2.547)
depreciações / amortizações		<u>(19.170)</u>	<u>(15.646)</u>
		<u>(374.446)</u>	<u>(321.586)</u>
Resultado bruto		(50.283)	(8.462)
Receitas (despesas) operacionais :			
com pessoal		(111.929)	(126.000)
com materiais		(1.141)	(907)
com utilidades e serviços		(20.472)	(20.135)
com manutenção e reparos		(3.815)	(2.512)
gerais e administrativas		(14.442)	(48.818)
reembolso de custos da bilhetagem		85.683	75.132
outras	(Nota 21)	(41.957)	(39.051)
depreciações / amortizações		<u>(5.311)</u>	<u>(6.110)</u>
		<u>(113.384)</u>	<u>(168.401)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(163.667)	(176.863)
Resultados financeiros:			
Receitas	(Nota 21)	48.138	18.633
Despesas		<u>(2.731)</u>	<u>(1.816)</u>
		45.407	16.817
Resultado antes das variações patrimoniais		(118.260)	(160.046)
Outros resultados			
Ajuste de avaliação patrimonial		92.955	31.373
Outras operações		<u>(696)</u>	<u>-</u>
		92.259	31.373
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(26.001)	(128.673)
Tributos diferidos - CSLL		(8.366)	(2.824)
Resultado líquido do exercício		<u>(34.367)</u>	<u>(131.497)</u>
Resultado por lote de mil ações integralizadas:		(0,30)	(1,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de reais)

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Prejuízo líquido do exercício	(34.367)	(131.497)
Total do resultado abrangente do exercício	(34.367)	(131.497)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reserva de capital Doações e subvenções p/ investimentos	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 2.023	1.399.373	2.714	49.572	278.345	(1.442.315)	287.689
Reclassificação de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	28.549	(28.549)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	13.705	-	13.705
Resultado do exercício	-	-	-	-	(131.497)	(131.497)
SALDOS EM 2.024	1.399.373	2.714	49.572	320.599	(1.602.361)	169.897
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	84.589	(84.589)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(34.367)	(34.367)
SALDOS EM 2.025	1.399.373	2.714	49.572	405.188	(1.721.317)	135.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - "MÉTODO INDIRETO"

(em milhares de reais)

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo Líquido do Exercício	(34.367)	(131.497)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais:		
Depreciações / Amortizações	24.481	21.756
Valor justo de propriedade para investimento	(92.954)	(31.373)
Impostos diferidos	8.366	2.824
Provisão para Contingência	40.556	98.929
Indenizações Judiciais	742	(3.087)
	<u>(18.809)</u>	<u>89.049</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Valores gerenciados	771	-
Contas a Receber	(5.924)	28.775
Outros créditos	24.380	13.585
Depósitos judiciais	881	2.159
Despesas do exercício seguinte	957	(79)
	<u>21.065</u>	<u>44.440</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	748	557
Arrendamentos	(4.934)	(4.955)
Obrigações trabalhistas	5.508	489
Contribuição social a pagar	-	(1.185)
Férias e encargos sociais	(1.326)	3.054
Parcelamentos consolidados - Parcelamento Lei 11.941/2009	-	(2.117)
Outras exibilidades	(2.623)	868
	<u>(2.627)</u>	<u>(3.289)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(34.738)</u>	<u>(1.297)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Realizável a longo prazo	-	-
Aumento de Capital	-	-
Propriedade para investimento	-	-
Aquisições/baixas de ativos imobilizado / intangível	(37.485)	(24.534)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(37.485)</u>	<u>(24.534)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Outros créditos de longo prazo	-	-
Outras exibilidades	-	-
Recursos para aumentar o Capital	-	-
Credito de Acionista	457	8.469
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>457</u>	<u>8.469</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(71.766)	(17.362)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.524	168.886
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79.758	151.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2.025	2.024
1 - RECEITAS		
Prestação de serviços	341.130	317.672
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	696	-
Resultados extraordinários	115.636	78.286
Outras Receitas	(717)	(29)
	456.745	395.929
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(3.533)	(3.517)
Custo dos serviços vendidos	(24.009)	(22.747)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.958)	(57.512)
Perda/Recuperação de valores ativos	(36.179)	(12.122)
	(127.679)	(95.898)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(1+2)	329.066
		300.031
4 - RETENÇÕES		
Amortização	(19.374)	(17.688)
Depreciação	(5.107)	(4.068)
	(24.481)	(21.756)
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3+4)		304.585
		278.275
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Outras receitas/despesas financeiras	(228)	(330)
Receitas financeiras	48.005	18.329
Ajuste de avaliação patrimonial	84.589	28.549
Outras operações	(696)	-
Receitas de Aluguéis	27.407	24.641
	159.077	71.189
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(5+6)	463.662
		349.464
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	437.399	402.876
Honorários da diretoria	3.396	2.928
Impostos, taxas e contribuições	55.073	72.802
Juros e aluguéis	2.161	2.355
Resultado do exercício	(34.367)	(131.497)
	463.662	349.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A São Paulo Transporte S.A., sociedade anônima de economia mista de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.498.417/0001-58, constituída pelo Decreto-Lei Municipal nº 365, de 10 de outubro de 1946, tem por objeto o planejamento, a fiscalização e o gerenciamento do serviço público de transporte coletivo de passageiros, conforme a legislação que disciplina a matéria.

As demonstrações contábeis da Sociedade devem ser interpretadas dentro do contexto em que a Sociedade atua como agente do poder público municipal, o que limita a forma de condução da política de obtenção e gestão de seus recursos econômico-financeiros.

A Administração avaliou a capacidade de a Sociedade continuar operando normalmente e vem adotando medidas para garantir a prestação de serviços de qualidade, estando preparada para atender às demandas, preservar a regularidade de suas atividades e assegurar a continuidade de suas operações, possuindo condições de dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação societária (Lei nº 6.404/76, com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16) e com as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e recepcionados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Sociedade e também sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Contábeis que ora se apresentam foram aprovadas para divulgação pela administração da Sociedade em 20 de fevereiro de 2026.

3. Principais Práticas Contábeis

- 3.1. Caixa e equivalentes de caixa – Compreendem numerário em caixa, depósitos bancários demonstrados ao custo e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.
- 3.2. Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa – Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber.
- 3.3. Demais ativos – São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- 3.4. Contas gerenciadas – Referem-se a contas administradas pela Sociedade, cujos recursos pertencem a terceiros, conforme demonstrado na Nota 5.2.
- 3.5. Investimentos – são registrados pelo custo de aquisição.
- 3.6. Propriedades para investimento

- 3.6.1. As propriedades para investimento são mantidas com a finalidade de obtenção de renda por meio de aluguéis e/ou para valorização do capital. São inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os respectivos custos de transação. Após o reconhecimento inicial, passam a ser mensuradas pelo valor justo.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo das propriedades para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Uma propriedade para investimento é baixada após sua alienação ou quando é permanentemente retirada de uso, sem expectativa de benefícios econômicos futuros. Eventual ganho ou perda apurado na baixa do ativo, correspondente à diferença entre o valor líquido da alienação e o valor contábil, é reconhecido no resultado do período em que ocorrer a baixa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

3.7. Contribuição Social sobre Lucro Líquido – diferido

3.7.1. Sobre o ganho obtido na avaliação de propriedades para investimento, foi registrada provisão para pagamento deste tributo, a qual deverá ser liquidada quando da realização dessas propriedades.

3.7.2. No que se refere ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, a São Paulo Transporte S.A. é detentora de imunidade tributária decorrente de previsão constitucional, em razão de a Sociedade prestar serviço público essencial e indelegável.

O processo de imunidade tributária da SPTrans, que reconheceu o direito e determinou a devolução dos valores pagos anteriormente a título de IRPJ, é o de nº 0007172-84.2012.4.03.6100, com trânsito em julgado em 14/10/2020.

3.8. Imobilizado – É registrado pelo custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação vigente até 31 de dezembro de 1995, em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC, deduzido das depreciações acumuladas.

A reavaliação parcial (imóveis e veículos) efetuada em 1988, conforme laudo emitido pela Engeval – Engenharia de Avaliações S/C Ltda., remanesce apenas a relativa aos imóveis (terrenos).

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota 11.

3.8.1. Em atendimento à NBC TG 06, foram reclassificados os contratos de arrendamento existentes envolvendo imóveis, veículos e equipamentos, passando a ser reconhecidos os direitos de uso no ativo e as obrigações de arrendamento no passivo.

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de determinado ativo, na data de início de sua vigência. Arrendamentos que transferem à Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Ao custo inicial são acrescidos, quando aplicável, os custos diretos iniciais incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento são apropriados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de forma a resultar em taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo prazo do contrato de arrendamento.

A Sociedade possui contratos que se enquadram na norma de arrendamentos e que foram devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.8.2. Nos termos do inciso VI do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do inciso II do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, os valores auferidos na alienação de bens integrantes do ativo não circulante, classificados como investimentos, imobilizado ou intangível, não integram a base de cálculo do PASEP e da COFINS no regime não cumulativo.

3.9. Intangível – grupo que registra programas de computador, licenças de uso e direitos relacionados a contratos de arrendamento.

3.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo anualmente, para verificação de indícios de perda no valor recuperável. Quando identificados indícios de impairment, o valor contábil do ativo é submetido ao teste de recuperabilidade. Eventual perda é reconhecida quando o valor contábil exceder o valor recuperável, definido como o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso do ativo.

3.11. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Quando classificados como de êxito provável, são apenas divulgados em nota explicativa;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. Quando avaliados como de perda possível, são apenas divulgados em nota explicativa, e, quando de perda remota, não são provisionados nem divulgados; e

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre a probabilidade de êxito, nos processos em que a Companhia questiona a constitucionalidade ou legalidade de tributos.

3.12. Demais Passivos

Demonstrados com base nos valores originais das obrigações, acrescidos, quando aplicável, de encargos financeiros, variações monetárias e ajustes a valor presente, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

4. Contas gerenciadas – Disponibilidades, contas a receber, outros créditos e exigibilidades gerenciadas

- 4.1. Desde a edição da Lei Municipal nº 11.037, de 25 de julho de 1991, posteriormente revogada pela Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, a arrecadação tarifária do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, bem como as remunerações pagas aos Subsistemas Local e Estrutural, não produzem efeitos no resultado nem no patrimônio da Sociedade, uma vez que esta atua apenas como gestora desses recursos, os quais são classificados como “valores gerenciados”, conforme descrito na Nota 5.2 Disponibilidades Gerenciadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total no ativo de contas gerenciadas é de R\$ 144.084, composto pelas contas “Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados”, no montante de R\$ 142.599, “Contas a receber gerenciadas”, no valor de R\$ 714 e “Outros créditos gerenciados” no valor de R\$ 771. No passivo, o saldo totaliza R\$ 144.084, registrado como “Exigibilidades gerenciadas” no curto e longo prazo, conforme demonstrado na Nota 15. Dessa forma, os valores a receber e a repassar, conforme mencionado, não produzem efeitos no resultado da Sociedade.

- 4.2. A Sociedade, utilizando-se de recursos oriundos de dotação orçamentária própria da Prefeitura do Município de São Paulo, efetua pagamentos mensais a título de complementação de aposentadoria concedida a ex-funcionários admitidos até 30 de junho de 1972 na antiga CMTC.

Tais pagamentos, bem como os respectivos recebimentos, não afetam o resultado da São Paulo Transporte S.A., que atua como mera repassadora desses recursos. Em razão disso, esses valores são contabilizados como “valores gerenciados”.

VALORES GERENCIADOS		
DESCRIÇÃO	ATIVO	PASSIVO
1 - CONTA SISTEMA	128.501	128.501
2 - CONVÊNIO TERMINAIS E CORREDORES	10.372	10.372
3 - CONTA MULTAS	2.218	2.218
4 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	2.136	2.136
5 - CONVÊNIO UNE / UMES	856	856
6 - BANCO DO BRASIL - CREDENCIAMENTO BILHETE ÚNICO	1	1
TOTAL	144.084	144.084

Nas demonstrações contábeis, os valores gerenciados estão demonstrados no Ativo, nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa valores gerenciados”, “Contas a receber gerenciadas” e “Outros créditos gerenciados”, e no Passivo, na rubrica “Exigibilidades gerenciadas” no curto e longo prazo.

5. Disponibilidades

5.1. Disponibilidades recursos próprios

As disponibilidades compreendem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos estão registrados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seus valores de realização, sendo destinados ao atendimento das obrigações operacionais de curto prazo.

DISPONIBILIDADES - recursos próprios	2025	2024
Bancos conta movimento	147	6.612
Aplicações financeiras	79.611	144.912
Total disponibilidades	79.758	151.524

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

5.2. Disponibilidades gerenciadas

As disponibilidades gerenciadas correspondem a recursos financeiros mantidos em contas específicas e administrados pela entidade para fins determinados, vinculados à execução de contratos, convênios ou obrigações operacionais específicas.

Tais valores estão registrados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seus valores de realização, e sua movimentação observa as disposições contratuais e normativas aplicáveis.

DISPONIBILIDADES GERENCIADAS - recursos de terceiros	2.025	2.024
Bancos conta movimento:		
Sistema Municipal de Transporte Coletivo	140	-
Banco do Brasil - Credenciamento Bilhete Único	1	-
Total saldos bancários	141	-
Aplicações financeiras:		
Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros	127.590	114.997
Convênio SMT - obras terminais/corredores/modernização	10.372	19.532
Aposentadoria complementar	1.654	706
UMES/UNE Bilhete Único Escolar	624	514
Serviço de Transporte Coletivo Público - Decreto nº 42.184/02	2.218	7.863
Total aplicações financeiras	142.458	143.612
Total disponibilidades gerenciadas	142.599	143.612

6. Contas a receber

As contas a receber correspondem, substancialmente, a valores decorrentes da prestação de serviços e demais créditos operacionais da entidade.

Os saldos estão registrados pelos valores faturados, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na análise individual dos créditos e no histórico de inadimplência, de forma a refletir o valor realizável líquido na data do balanço.

Item	2025	2024
Circulante		
Secretaria Municipal de Transportes – SMT (a)	16.848	8.140
Contas a emitir	540	465
Outras contas a receber (b)	1.459	4.949
Total circulante	18.847	13.554
Não circulante		
Secretaria Municipal de Transportes – SMT (a)	54.180	54.180
Outras contas a receber	6.949	6.318
Total não circulante	61.129	60.498

- (a) Parte do saldo a receber da Secretaria Municipal de Transportes – SMT refere-se a valores de repasses previstos no Decreto nº 4.524/02, art. 45, inciso I. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do repasse é de R\$ 36.214 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 28.171).

A Sociedade não constitui Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD sobre valores a receber de entidades vinculadas à Prefeitura do Município de São Paulo, por entender que não há risco de realização para esses valores.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

7. Outros Créditos

Compreende valores a receber decorrentes de outras transações, tais como adiantamentos a colaboradores e créditos junto a entes públicos e terceiros, conforme demonstrado a seguir:

<i>Item</i>	2025	2024
<i>Circulante</i>		
Impostos a recuperar		
PASEP/COFINS (a)	488	29.301
Outros impostos (b)	2.057	390
Créditos de funcionários	5.325	4.333
INSS a reembolsar	50	50
Outros (c)	9.309	6.396
Total circulante	17.229	40.470
<i>Não circulante</i>		
Outros	998	2.908
Total não circulante	998	2.908

- (a) Refere-se a crédito fiscal habilitado decorrente de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0048444-49.1998.4.03.6100, visando à recuperação do PASEP recolhido no período compreendido entre outubro de 1988 e setembro de 1995, com base nos Decretos nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que estabeleciam a alíquota de 0,65% sobre a receita operacional bruta mensal, tanto para o PIS quanto para o PASEP. Tais decretos foram posteriormente declarados inconstitucionais.

No exercício de 2025, considerando que os créditos remanescentes deixaram de ser passíveis de compensação administrativa, tendo a Companhia impetrado mandado de segurança com pedido de medida liminar visando resguardar seu direito à compensação, e diante da avaliação realizada pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos quanto ao elevado risco de realização econômica desses valores, foi constituída provisão para perdas estimadas correspondente ao montante integral dos créditos ainda não compensados.

- (b) Referem-se a valores de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL a recuperar, bem como a créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PASEP e da COFINS.
- (c) Referem-se ao reembolso de custos da bilhetagem e à taxa incidente sobre a venda de créditos eletrônicos.

8. Outros créditos gerenciados

O saldo registrado na rubrica Outros Créditos Gerenciados refere-se a valores objeto de bloqueio judicial incidentes sobre contas sob gestão da entidade.

Tais montantes decorrem de determinações judiciais que resultaram na indisponibilidade temporária de recursos financeiros mantidos nas contas gerenciadas, permanecendo registrados até ulterior deliberação ou liberação pela autoridade competente.

Ressalta-se que os referidos valores possuem natureza transitória, estando vinculados a processos judiciais específicos, não representando disponibilidade financeira para livre movimentação por parte da entidade enquanto perdurar a restrição judicial.

9. Investimentos

No exercício, a entidade efetuou a baixa integral dos investimentos mantidos no Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR e no Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, em decorrência do processo de desinvestimento, liquidação e extinção desses Fundos, conforme disciplinado pela Lei nº 14.165 e pela Portaria nº 2.896/2022.

Considerando a ausência de perspectiva de realização econômica e a perda do potencial de geração de benefícios futuros, os referidos investimentos foram integralmente baixados, com o respectivo reconhecimento dos efeitos no resultado do exercício, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Movimentação de saldos dos investimentos		
	2025	2024
Saldo inicial	58	58
Baixas	(23)	-
Saldo em 31 de dezembro	35	58

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

10. Propriedades para investimento

Em conformidade com o disposto no NBC-TG 28 – Propriedade para Investimento, informamos que no exercício de 2025 não houve novas transferências de bens do ativo imobilizado para o grupo de Propriedades para Investimento. Os imóveis anteriormente classificados como Propriedades para Investimento em anos anteriores, foram mantidos nessa categoria durante o exercício de 2025, sendo submetidos a reavaliação a valor de mercado, conforme laudos emitidos por empresas especializadas contratadas para essa finalidade.

Tais reavaliações resultaram no aumento dos valores, conforme abaixo demonstrado:

Imóveis	Valor histórico	Valor de mercado	Valor de mercado	Variação na avaliação de Propriedade para Investimento
		conforme Laudos 2025	conforme Laudos 2024	
Santo Amaro	11.468	168.950	108.494	60.456
São Miguel	6.021	109.682	101.032	8.650
Jabaquara	5.906	76.937	64.942	11.995
Brás	17.344	85.131	83.217	1.914
Araguaia	2.249	21.377	17.310	4.067
Tatuapé	2.725	28.898	23.026	5.872
Total	45.713	490.975	398.021	92.954

Movimentação em 2025:

Propriedade para investimento		
	2025	2024
Saldo inicial	398.021	349.338
Transferências do Ativo Imobilizado	-	2.249
Ganho/(perda) líquido de ajustes a valor justo - na transferência	-	15.061
Ganho/(perda) líquido de ajustes a valor justo - Resultado	92.954	31.373
Saldo em 31 de dezembro	490.975	398.021

As propriedades para investimento, constituídas por instalações anteriormente utilizadas como garagens, são mantidas para obtenção de receitas de aluguel no longo prazo e não são ocupadas pela Sociedade. São mensuradas pelo valor justo, e as variações desse valor são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

A Sociedade contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025 os valores justos dessas propriedades foram apurados pela empresa SCHADECK TOPOGRAFIA E AVALIAÇÕES DE ATIVOS LTDA.

Valores reconhecidos no resultado relacionado a propriedade para investimentos		
	2025	2024
Receita aluguéis	26.073	24.538
Ganho/(perda) líquido de ajustes a valor justo	92.954	31.373

11. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As movimentações no imobilizado durante os exercício de 2024 e 2025, foram as seguintes:

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(em milhares de reais)

Imobilizado	2025						2024	Taxa Anual de Depreciação (%)
	Líquido	Adições	Depreciação	Valor Residual das Baixas	Valor Residual dos bens Reativados	Transferências	Líquido	
Imóveis	14.804	-	(149)	-	-	(14.418)	29.371	de 1,67 a 7,69
Veículos	1.428	1.589	(161)	-	-	-	-	de 5,26 a 50,00
Máquinas e Equipamentos	23.609	23.113	(4.361)	-	-	(1.969)	6.826	de 10,0 a 20,0
Móveis e Utensílios	2.057	1.862	(210)	-	-	(237)	642	10
Outros Bens	2.307	95	(226)	-	-	(36)	2.474	de 4,0 a 20,0
Imobilizado em estoque	3.164	-	-	-	(22)	2.242	944	
Propriedades sem uso	20.638	-	-	-	-	14.418	6.220	
Arrendamentos	2.811	2.116	(6.475)	(575)	-	-	7.745	Contrato (a)
Total	70.818	28.775	(11.582)	(575)	(22)	-	54.222	

Imobilizado	2024						2023	Taxa Anual de Depreciação (%)
	Líquido	Adições	Depreciação	Valor Residual das Baixas	Valor Residual dos bens Reativados	Transferências	Líquido	
Imóveis	29.371	-	(157)	-	-	14.129	15.399	de 1,67 a 7,69
Veículos	-	-	(8)	-	-	-	8	de 5,26 a 50,00
Máquinas e Equipamentos	6.826	1.723	(3.584)	-	1	(197)	8.883	de 10,0 a 20,0
Móveis e Utensílios	642	159	(98)	-	-	(43)	624	10
Outros Bens	2.474	112	(220)	-	-	(16)	2.598	de 4,0 a 20,0
Imobilizado em estoque	944	-	-	(29)	2	257	714	
Propriedades sem uso	6.220	-	-	-	-	(16.379)	22.599	
Arrendamentos	7.745	2.155	(7.111)	-	-	-	12.701	Contrato (a)
Total	54.222	4.149	(11.178)	(29)	3	(2.249)	63.526	

(a) Arrendamentos

O Balanço Patrimonial apresenta os seguintes saldos relacionados às operações de arrendamento, registrados em conformidade com as normas contábeis vigentes, refletindo os direitos de uso reconhecidos no ativo e as respectivas obrigações de arrendamento registradas no passivo:

	Ativos direito de uso	
	2025	2024
Veículos	279	3.369
Máquinas e equipamentos	1.458	56
Imóveis	1.074	4.320
Saldo em 31 de dezembro	2.811	7.745

12. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, que incluem softwares e outros ativos dessa natureza, e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. Esses ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

As movimentações no intangível durante os exercícios de 2024 e 2025, foram as seguintes:

Intangível	2025						2024	Taxa Anual de Depreciação (%)
	Líquido	Adições	Depreciação	Valor Residual das Baixas	Valor Residual dos bens Reativados	Transferências	Líquido	
Software	33.948	9.330	(12.899)	-	-	(19)	37.536	20
Software em estoque	19	-	-	-	-	19	-	20
Total	33.967	9.330	(12.899)	-	-	-	37.536	

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(em milhares de reais)

Intangível	2024						2023	Taxa Anual de Depreciação (%)
	Líquido	Adições	Depreciação	Valor Residual das Baixas	Valor Residual dos bens Reativados	Transferências	Líquido	
Software	37.536	20.707	(10.871)	-	-	(3)	27.703	20
Software em estoque	-	-	-	(3)	-	3	-	20
Total	37.536	20.707	(10.871)	(3)	-	-	27.703	

13. Obrigações trabalhistas

A composição dessas obrigações encontra-se detalhada a seguir, evidenciando sua natureza e os respectivos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Item	2025	2024
PASEP	1.502	406
COFINS	6.933	1.870
INSS	5.507	6.191
IRRF	5.512	5.823
FGTS	2.134	2.356
Demais obrigações	953	387
Total	22.541	17.033

14. Outras exigibilidades

A composição das outras exigibilidades encontra-se demonstrada a seguir, contemplando a discriminação dos principais saldos, sua natureza e respectivos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Item	2.025	2024
Circulante		
Obrigações diversas	1.460	3.569
Valores a pagar - TADF empresas Municipais	-	393
Arrecadações em folha de pagamento	710	739
Impostos e contribuições retidos na fonte - fornecedores	778	751
Cauções por contratos	415	547
Arrendamentos e aluguéis a pagar	355	339
Seguros a pagar	-	3
Total circulante	3.718	6.341

15. Exigibilidades Gerenciadas

A composição das outras exigibilidades gerenciadas encontra-se apresentada a seguir, contemplando a discriminação dos saldos cuja natureza refere-se a recursos administrados pela Sociedade em nome de terceiros, sem impacto no resultado ou no patrimônio, conforme critérios contábeis adotados.

Item	2025	2024
Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros – Lei 13.241/01 ⁽¹⁾	128.501	114.996
Convênio SMT - obras terminais/corredores	10.372	19.738
Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros Decreto 42.184/02	2.218	7.863
Outras	2.993	2.818
Total	144.084	145.415

- (1) Conforme mencionado na Nota 4, desde a edição da Lei Municipal nº 11.037, de 25/07/1991, posteriormente substituída pela Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, a arrecadação tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, nos Subsistemas Local e Estrutural, bem como as respectivas remunerações, não gera efeitos no resultado nem no patrimônio da Sociedade, uma vez que esta atua exclusivamente como gestora desses recursos.

Tratamento semelhante é igualmente conferido à "Gestão Financeira do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros", instituída pelo Decreto Municipal nº 42.184, de 11/07/2002.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

16. Provisão para passivos contingentes

A Sociedade possui registrados os processos considerados com perdas prováveis, conforme descrito abaixo:

Descrição	2025	2024
Cíveis:		
Processos movidos por terceiros contra a Sociedade objetivando indenização por perdas e danos	311.712	277.862
Trabalhistas		
Ações impetradas por funcionários e ex-funcionários contra a Sociedade por controvérsias no cumprimento da legislação trabalhista em vigor.	71.623	75.046
Tributárias:		
Contribuições previdenciárias e FGTS	43.608	38.676
Valores relativos a PASEP e COFINS que foram compensados através de PERDCOMP (a)	60.943	55.746
Total	487.886	447.330

(a) Conforme orientação da área jurídica, os valores compensados com o crédito de PASEP encontram-se registrados em provisão para contingências, por serem considerados obrigações classificadas como perda provável.

A Administração da Sociedade, com base na avaliação de seus consultores jurídicos quanto à probabilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para fazer frente às perdas consideradas prováveis.

Para as contingências classificadas como de perda possível, não são constituídas provisões, sendo efetuada apenas a divulgação dos respectivos montantes em nota explicativa, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

No exercício de 2025, a Sociedade possui processos classificados com risco de perda possível, conforme descrito a seguir.

Descrição	Período	Natureza	Situação	Valor
Cíveis	2014 a 2025	Ações de indenização, declaratória de ilegalidade da cobrança da taxa da Loja Virtual da SPTrans, cobrança e referente ao concurso público	Ainda não há trânsito em julgado.	64
Tributárias	2013 a 2022	Defesa contra exigência de contribuição previdenciária (RAT/SAT); contribuição patronal (art. 22, I, Lei nº 8212/91) e FGTS	Ainda não há trânsito em julgado.	5.871
Trabalhistas	2002 a 2025	Pedidos de empregados/ex-empregados e responsabilidade subsidiária da gestão	Ainda não há trânsito em julgado.	7.228
Total				13.163

Por determinação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e visando maior transparência, informamos a existência de ações judiciais movidas por empresas operadoras do Sistema Municipal de Transporte Coletivo, que pleiteiam diferenças de remuneração inerentes aos contratos de prestação de serviços de transporte coletivo firmados sob a égide da Lei nº 11.037/91. À época, tais contratos eram celebrados com a antiga CMTC, tendo a Prefeitura do Município de São Paulo como anuente, na qualidade de acionista majoritária desta Sociedade.

Essas ações são propostas contra a São Paulo Transporte S.A., na condição de gestora do Sistema Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros, bem como contra a Municipalidade, na qualidade de titular do serviço público de transporte.

Eventuais valores decorrentes dessas demandas judiciais, caso venham a ser devidos, deverão ser suportados pela Conta Sistema ou mediante repasse específico da Prefeitura do Município de São Paulo. Os pagamentos vêm sendo realizados por meio de precatórios expedidos em nome da Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme parâmetros indicados pela área jurídica, extraídos de decisões judiciais relativas a processos de remuneração em fase de execução, é informado à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT/PMSP o valor total apurado por meio da planilha denominada “Obrigações de Risco”, constante da proposta orçamentária anual, para fins de contingenciamento. Nessa avaliação, há expectativa de perda provável no montante de R\$ 2.679.076 e perda possível no valor de R\$ 129.271.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

17. Indenizações Judiciais

O saldo em aberto refere-se a provisões constituídas para obrigações relacionadas ao pagamento de indenizações vitalícias. Tais indenizações são pagas mensalmente a pessoas físicas, em decorrência de condenações judiciais de natureza cível e trabalhista. O valor dessas obrigações é periodicamente atualizado por empresa especializada, a qual elabora Laudo Atuarial específico para essa finalidade.

	2025	2024
Provisão atuarial	20.770	20.028

18. Crédito de Acionistas

Composto pelos seguintes valores pertencentes ao acionista majoritário, a Prefeitura de São Paulo:

<i>Descrição</i>	<i>2.025</i>	<i>2.024</i>
<i>Valores referentes ao pagamento de precatórios honrados pela Prefeitura de São Paulo</i>	<i>10.815</i>	<i>10.358</i>
Totais	10.815	10.358

19. Capital Social Realizado

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2025 é representado por 116.122.565.661 (cento e dezesseis bilhões e cento e vinte e dois milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e uma) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A Prefeitura de São Paulo detém 116.082.534.220 (cento e dezesseis bilhões e oitenta e dois milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e vinte) ações, correspondente a 99,965527%

20. Demonstração dos resultados dos exercícios

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Os recursos recebidos e utilizados na aquisição do imobilizado são registrados diretamente no resultado.

No total das receitas de gerenciamento do Sistema está incluída a remuneração pelos serviços prestados à Prefeitura do Município de São Paulo, relativos ao gerenciamento operacional, bem como a remuneração dos custos de gestão das receitas e dos pagamentos comuns ao Sistema Integrado e aos serviços complementares de fiscalização e planejamento operacional, conforme disposto no artigo 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.241, de 12/12/2001.

A Sociedade não possui saldos em ativos ou passivos não circulantes que demandem ajuste a valor presente.

As transações da Sociedade com seu acionista majoritário são efetuadas em condições diferentes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, uma vez que o preço dos serviços prestados não contempla margem de lucro.

Em atendimento ao disposto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, apresenta-se a seguir a composição das receitas operacionais líquidas:

	2.025	2.024
Receita bruta operacional		
Gerenciamento do Sistema	341.130	317.672
Receita de locações	27.407	24.641
	368.537	342.313
Impostos incidentes sobre as receitas		
PASEP	(7.829)	(5.204)
COFINS	(36.545)	(23.985)
	(44.374)	(29.189)
Receita operacional líquida	324.163	313.124

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais)

21. Outras operações

Em agosto de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 58.890 decorrente da Ação de Repetição de Indébito nº 0007172 84.2012.4.03.6100 (TRI 12/006), referente à restituição de valores de Imposto de Renda recolhidos indevidamente a partir de 2010, em razão da imunidade tributária reconhecida judicialmente.

Em dezembro de 2025, estão registrados em outras receitas o montante de R\$ 41.957, dos quais R\$ 26.823 referem-se à restituição do imposto. Adicionalmente, encontram-se reconhecidos em receitas financeiras o total de R\$ 48.138, sendo R\$ 32.067 relativos à atualização financeira dos créditos.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade possui acumulados prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a compensar, apurados até dezembro de 2025.

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o disposto na NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Por esse método, o fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado a partir do resultado do exercício, ajustado por itens que não representam movimentação de caixa, tais como depreciações, amortizações, provisões, variações monetárias e demais ajustes necessários, bem como pelas variações ocorridas nas contas de ativos e passivos operacionais.

Os fluxos de caixa são classificados em três grupos:

(i) Atividades Operacionais, que representam as principais fontes geradoras de caixa decorrentes das atividades-fim da Sociedade;

(ii) Atividades de Investimento, que evidenciam as aquisições e baixas de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e

(iii) Atividades de Financiamento, que demonstram as captações e amortizações de empréstimos, financiamentos e demais operações que alteram a estrutura de capital.

Esse procedimento tem por finalidade evidenciar a capacidade de geração de caixa da Sociedade, bem como a forma de utilização de seus recursos financeiros ao longo do exercício.



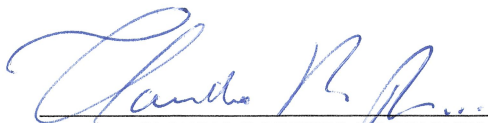
24. Evento subsequente

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2025 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

25. Sistema Municipal de Transporte Coletivo

Por determinação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, visando maior transparência, informamos os principais valores da Conta Sistema que é gerenciada pela São Paulo Transporte, onde destacamos: a arrecadação tarifária de R\$ 4.973.899, a Compensação tarifária de R\$ 7.344.758, o valor pago às empresas operadoras do sistema de transporte de R\$ 11.934.870 e o montante de créditos de bilhete único em poder do público em 31/12/2025 de R\$ 1.135.038 que já foram utilizados na gestão financeira do sistema.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026


SELMA QUARESMA DA SILVA
Superintendente Financeira
MAURO ANTONIO GUMIERO VOLTARELLI
Diretor de Administração e de Infraestrutura
CLAUDIO ROBERTO RODRIGUES
Gerente Contábil
Contador CRC – 1SP 238.112/O-3